

AMOSTRA

PP RN



memoriza.ai



FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DA PP RN!

Seja muito bem - vindo!

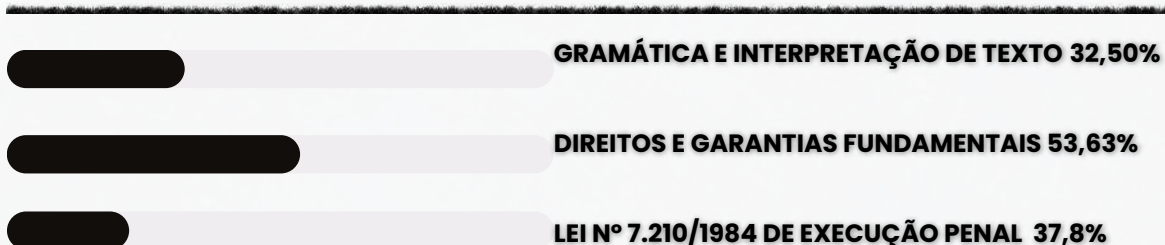
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muito tempo!**

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

Oiii! Boa tarde!

Ana Luiza



Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSERH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.


Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:

 contato@memorizaai.com.br

ou

 [clique aqui](#) para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

[clique aqui e saiba como](#)

ENÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **4 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos estudos. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO

UM MATERIAL QUE ENSINA A ORGANIZAR SUA JORNADA DE ESTUDO, DO COMEÇO AO FIM, DESDE A DECISÃO DE QUAL CARGO ESCOLHER ATÉ COMO ORGANIZAR SEUS ESTUDOS, CRONOGRAMAS E ESCOLHER AS FERRAMENTAS DE ESTUDO QUE VOCÊ UTILIZARÁ.



BÔNUS 2: GESTÃO DO TEMPO

O CONTEÚDO SERÁ MINISTRADO POR PÚBLIO ALVES, APROVADO NO TJ-SP, E SERÁ DISPONIBILIZADO EM VÍDEO AULAS, JUNTAMENTE COM MATERIAL DE APOIO E UMA PLANILHA MODELO PARA AJUDAR NA ORGANIZAÇÃO DA SUA ROTINA, AUMENTANDO EM ATÉ 10 VEZES A SUA PRODUTIVIDADE NOS ESTUDOS.



BÔNUS 3: COMO HACKEAR O EDITAL

SE VOCÊ TEM DIFICULDADE EM ENCONTRAR AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ANALISAR OS TÓPICOS MAIS COBRADOS DE UM EDITAL, APRENDERÁ TUDO ISSO NA PRÁTICA, DESVENDANDO TUDO O QUE PRECISA PARA EXTRAIR TODOS OS CÓDIGOS DE EDITAL.



BÔNUS 4: CRONOGRAMA 30 DIAS

ESTE CRONOGRAMA OFERECE UMA ESTRUTURA CLARA E PRÁTICA PARA OS 30 DIAS QUE ANTECEDEM SUA PROVA, PERMITINDO UMA ABORDAGEM ORGANIZADA E EFICIENTE DO ESTUDO. AO DIVIDIR O CONTEÚDO EM PARTES MANEJÁVEIS E DISTRIBUIR AS ATIVIDADES AO LONGO DO PERÍODO, VOCÊ PODERÁ FOCAR EM CADA TÓPICO COM MAIS PROFUNDIDADE E EVITAR A SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

[clique aqui para saber mais!](#)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:



ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA (CONHECIMENTOS GERAIS)

- Língua Portuguesa
- História do RN e Aspectos Geoeconômicos do RN
- Ética no Serviço Público
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Direitos Humanos
- Execução Penal



POLÍCIA PENAL

- Língua Portuguesa
- História do RN e Aspectos Geoeconômicos do RN
- Ética no Serviço Público
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Direitos Humanos
- Execução Penal
- Legislação Específica
- Direito Penal e Processo Penal

**VEJA ABAIXO A AMOSTRA COM O FORMATO DO MATERIAL
QUE VOCE PODE TER ACESSO PARA AUMENTAR SUA
PONTUAÇÃO NESSA RETA FINAL!**

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

CONHECIMENTOS GERAIS (TODOS OS CARGOS)

DICA

PLURAL DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS

O plural dos substantivos compostos é feito mediante duas situações. Uma delas se refere à forma como ele é escrito.



Se o substantivo composto for **escrito sem hífen**, o plural é feito tal como os **substantivos simples**, muitas vezes acrescentando o **"s" no final**.

- **Exemplos:** claraboia(s), ferrovia(s), passatempo(s).



A outra situação que deve ser observada é como o **substantivo que escrito com hífen é formado** (por **verbo + substantivo**, por palavras unidas por **preposição**, por **palavras repetidas**, entre outros).

Nesses casos, algumas **regras** devem ser **observadas**.

REGRAS DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS COM HÍFEN

1

SUBSTANTIVO + SUBSTANTIVO QUE ESPECIFICA O PRIMEIRO

Apenas o **primeiro elemento** passa para o plural ou os **dois elementos** passam para o plural. Exemplos:

- caneta-tinteiro (canetas-tinteiro ou canetas-tinteiros)
- salário-família (salários-família ou salários-famílias)
- banana-prata (bananas-prata ou bananas-pratas)

2

PALAVRAS UNIDAS POR PREPOSIÇÃO

Apenas o **primeiro elemento** passa para o plural. Exemplos:

- estrela-do-mar (estrelas-do-mar)
- mula-sem-cabeça (mulas-sem-cabeça)
- peroba-do-campo (perobas-do-campo)

3

VERBO OU ADVÉRBIO + SUBSTANTIVO OU ADJETIVO

Apenas o **segundo elemento** passa para o plural. Exemplos:

- abaixo-assinado (abaixo-assinados)
- beija-flor (beija-flores)
- sempre-viva (sempre-vivas)

4

PALAVRAS REPETIDAS OU ONOMATOPEIAS

Apenas o **segundo elemento** passa para o plural. Exemplos:

- pingue-pongue (pingue-pongues)
- teco-teco (teco-tecos)
- tique-taque (tique-taques)

5

PALAVRA VARIÁVEL + PALAVRA VARIÁVEL

Os **dois elementos** passam para o plural. Lembrando que são **palavras variáveis substantivos, verbos, adjetivos, pronomes, artigos e numerais**. Exemplos:

- cota-parte (cotas-partes)
- mão-boba (mãos-bobas)
- segunda-feira (segundas-feiras)

DICA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL IV



MESÓCLISE

A **mesóclise** acontece quando o **pronome oblíquo aparece no meio do verbo, entrecortando a palavra**. O **pronome liga-se ao verbo por meio do hífen**. A mesóclise pode ocorrer se **duas condições acontecerem**:

- ✓ **Não** houver **justificativa para uso de próclise** (ou seja, não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo); e
- ✓ O **verbo estiver conjugado no tempo futuro do modo indicativo** (seja futuro do presente, seja futuro do pretérito).

Observe:

Informar-lhe-ei assim que possível.

Nesse caso, a forma verbal “**informarei**” está cortada ao meio pelo pronome “**lhe**”, sendo um **exemplo de mesóclise**. Isso ocorreu pois **não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo e porque a conjugação está no tempo futuro do presente do modo indicativo**.

→ EXEMPLOS DE MESÓCLISE

- **Consultar-lhe-ei** sobre esse assunto amanhã.
- **Dir-lhe-iam** as novidades se fosse possível.
- **Revelar-nos-ia** os segredos se pudesse.

A mesóclise praticamente **não existe** na linguagem oral e na linguagem escrita informal.

PORTANTO, SE HOUVER FATORES QUE EXIGEM TANTO A PRÓCLISE QUANTO A MESÓCLISE NA MESMA FRASE, A PRÓCLISE PREVALECERÁ.

→ Mesóclise em locuções verbais

O pronome tende a aparecer entrecortando o primeiro verbo (verbo auxiliar).

Verbo auxiliar + **pronome oblíquo** + verbo auxiliar + verbo principal

Ter-nos-iam informado sobre o resultado muito tempo antes, mas não foi possível.

DICA

TRANSITIVIDADE VERBAL

A transitividade verbal indica a **relação que o verbo estabelece com seus complementos**. Quando o verbo não possui sentido completo sozinho, ele precisa de um termo que complete sua ideia, chamado **complemento verbal**.

Exemplos:

- *Entregaram a encomenda.*
- *Vendo quadros.*
- *Segure isto, por favor!*

De acordo com o tipo de complemento, os verbos são classificados da seguinte forma:

VERBO TRANSITIVO DIRETO (VTD)

✓ Verbo que **não tem sentido completo** e **precisa de um complemento**, geralmente introduzido **sem preposição**, que **conclua o quê ou quem**. Esse complemento é chamado de **objeto direto**.

Exemplos:

- A mesa 3 **pediu** a carne bem passada. (*Pediu o quê? A carne.*)
- **Terminei** a análise. (*Terminei o quê? A análise.*)
- Agora sim, **entendo** meus pais. (*Entende quem? Meus pais.*)

VERBO TRANSITIVO INDIRETO (VTI)

✓ Verbo que **não tem sentido completo** e precisa de um complemento que conclua **de quê, em quê, para quem**. Acompanhado de **preposição obrigatória**, o complemento desse tipo de verbo é chamado de **objeto indireto**.

Exemplos:

- **Duvido** da sua honestidade (*Duvido de quê? Da sua honestidade.*)
- Não **acredito** no que ele diz. (*Não acredito em quê? No que ele diz.*)
- **Esperei**-lhe pacientemente. (*Esperei por quem? Por ele/ela.*)

VERBO TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO (VTDI)

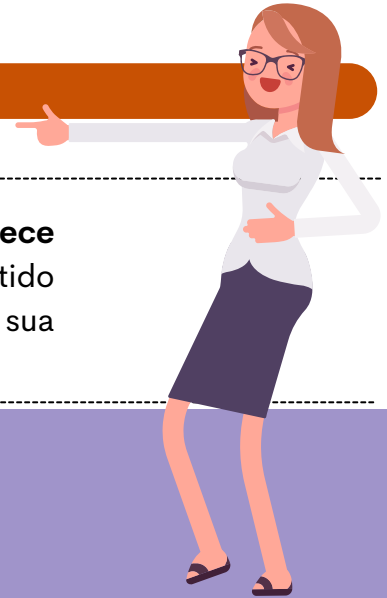
✓ Também chamado de **bitransitivo**, é o verbo que **não tem sentido completo** e que precisa de **objeto direto e indireto**.

✓ Assim, o verbo **transitivo direto e indireto** precisa de **dois complementos**, um dos quais **sem preposição obrigatória** (objeto direto) e outro que **exige preposição (objeto indireto)**.

- O objeto direto e indireto completa o verbo com a informação sobre **o quê a quem**.

Exemplos:

- **Enviei** os postais aos clientes. (*Enviei o quê a quem? Os postais aos clientes.*)
- **Agradeceu** a oportunidade ao chefe. (*Agradeceu o quê a quem? A oportunidade ao chefe.*)
- **Expus** minhas dificuldades ao professor. (*Expus o quê a quem? Minhas dificuldades ao professor.*)

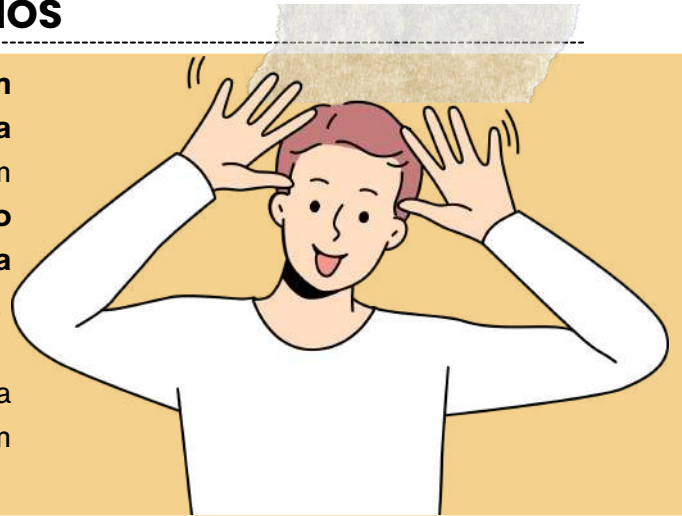


DICA

HIPÔNIMOS

Hipônimos são **palavras que têm um relacionamento de inclusão ou hierarquia com outras palavras**. Isso significa que um hipônimo é **uma palavra cujo significado está contido no significado de outra palavra mais geral**, chamada de hiperônimo.

Em outras palavras, um hipônimo é uma subcategoria ou subconjunto de um hiperônimo.



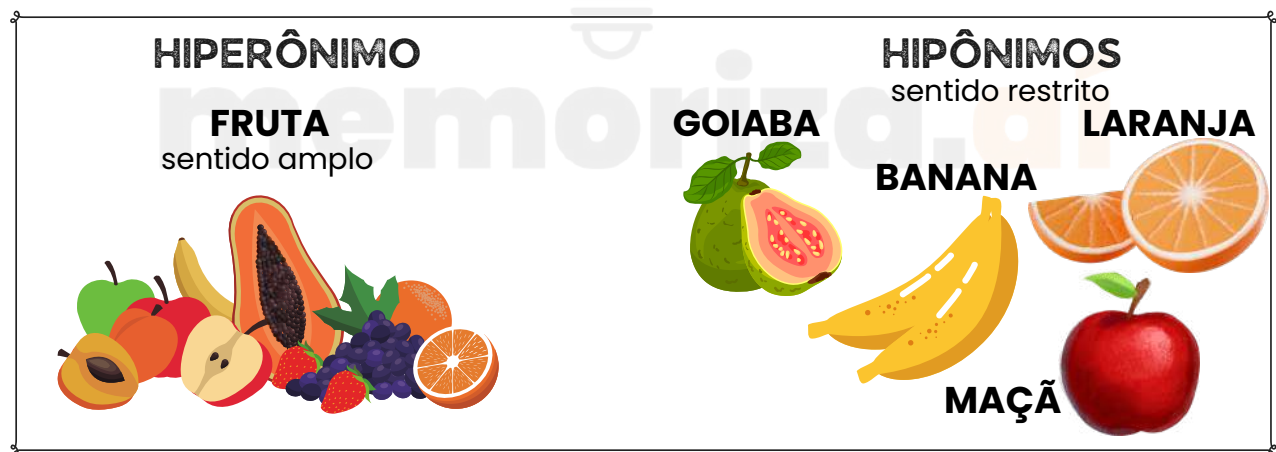
alguns exemplos:



Hiperônimo: Animal - Hipônimos: Cachorro, Gato, Cavalo, Pássaro;



Neste exemplo, **"animal"** é o **hiperônimo** que abrange diversas categorias de animais, e **"cachorro"**, **"gato"**, **"cavalo"** e **"pássaro"** são **hipônimos** que representam subcategorias específicas de animais.



Os hipônimos são uma maneira de organizar e classificar palavras com base em seus relacionamentos semânticos e podem ser úteis para entender como as palavras estão relacionadas e como se encaixam em categorias mais amplas.

DICA

PONTO E VÍRGULA (;) I



O **ponto-e-vírgula** não teria a menor chance com a Rochelle; **ninguém sabe como empregá-lo!** 🤪

e então, como utilizamos?

SEPARAR ITENS EM UMA LISTA

O ponto e vírgula pode ser usado para **separar itens em uma lista quando esses itens já contêm vírgulas internas**. Isso ajuda a evitar a confusão entre as vírgulas usadas dentro dos itens da lista e as vírgulas que separam os próprios itens.

Por exemplo:

Na reunião, discutimos a agenda, que incluiu os seguintes tópicos: orçamento, planejamento estratégico; metas de vendas, marketing; e contratações.

faça anotações aqui!

DICA

CAPITANIA DO RIO GRANDE E O SISTEMA DE CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

ESCRavidÃO E O PROCESSO ABOLICIONISTA NO RN

→ E a **resistência**?

- Muitos fugiam para quilombos
- Outros lutavam na Justiça por alforrias ou pagavam por sua liberdade

→ E a abolição foi só **Mossoró**? Não! Outras cidades como **Assu** e **Areia Branca** também avançaram antes da Lei Áurea.

Mas Mossoró virou **símbolo** porque fez um **ato público** com direito a festa e participação popular 📄

💡 ANOTA ESSA CURIOSIDADE:

→ O RN teve uma das **menores proporções de escravizados do país**, mas isso não diminui a violência do sistema. Foi tão cruel quanto em qualquer parte do Brasil.

→ Este mapa mostra a **proporção** de pessoas escravizadas em relação à população total de cada estado brasileiro no século XIX, pouco antes da abolição.



👑 **Estados com maiores proporções de escravizados:**

- Rio de Janeiro (31%): centro da economia cafeeira e grande porto escravagista.
- Espírito Santo (24%), Maranhão (21%), Minas Geraes (17%) e São Paulo (17%) também se destacam, seja pela produção de café, seja pelo histórico de mineração e exportação de produtos agrícolas.

📊 **Estados com menores proporções de escravizados:**

- Amazonas (2%), Ceará (5%), Rio Grande do Norte (6%), Parahyba (6%) e Goyaz (6%).

Esses dados revelam fortes desigualdades regionais na concentração de pessoas escravizadas.

DICA

A SECA E QUESTÕES AMBIENTAIS NO SÉCULO XIX E ATUALIDADES

A SECA E AS QUESTÕES AMBIENTAIS NO RN

A seca de 1877 dizimou cerca de 500 mil pessoas no Nordeste. Gente que morreu de fome, sede ou fugindo sem rumo. O RN foi um dos mais afetados.

O governo tentou socorrer? Tentou, mas com foco em:

- Evacuação forçada para a Amazônia (onde muitos morriam no caminho)
- Campos de concentração, tipo campos de triagem em Fortaleza (uma mancha na história!)



TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO TROUXE ESPERANÇA, MAS AINDA HÁ FALHAS NA DISTRIBUIÇÃO

CRISES HÍDRICAS CAUSADAS PELO MAU USO DO SOLO, DESMATAMENTO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS CONTINUAM PRESSIONANDO O RN

E nos tempos modernos?

ONDE FALTARÁ ÁGUA

Mapa da Agência Nacional de Águas mostra quais são as regiões do Brasil mais vulneráveis à seca



Fonte: Agência Nacional de Águas

EP/CA

Como aparece nas provas?

Exemplo clássico:

"Sobre os impactos das secas no RN, assinale a alternativa correta:"

- ✓ A seca de 1877 expôs a fragilidade das políticas públicas e levou à migração forçada de milhares de potiguares.

Outras formas de cobrança:

- Consequências sociais e econômicas das secas históricas
- Comparação entre políticas do século XIX e atuais
- Relação entre mudanças climáticas e o semiárido nordestino

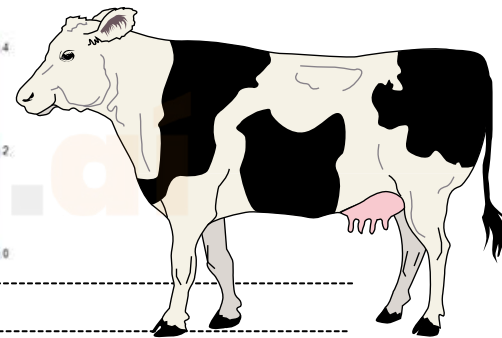
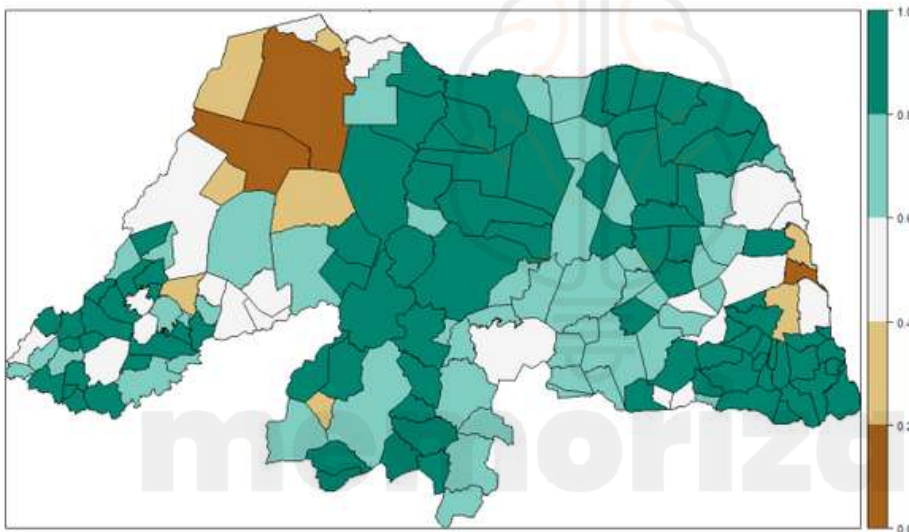
DICA

AGROPECUÁRIA: A FORÇA DO INTERIOR POTIGUAR

PECUÁRIA NO RN

Em 2018, o Rio Grande do Norte produziu 278,256 milhões de litros de leite, o que representa um **aumento de 14,78%** em relação a 2017.

A **pecuária leiteira** exerce uma significativa **influência** no valor gerado pela produção de origem animal. Segundo a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, a pecuária leiteira foi responsável por mais de **60% do valor total** gerado pela produção de origem animal em **136 municípios potiguares** (IBGE, 2018b), vejamos:



Pecuária leiteira

A pecuária leiteira no Rio Grande do Norte (RN) tem experimentado um crescimento significativo, com a produção de leite alcançando **500 mil litros diários em 2024**.

O "**Programa Leite e Genética**", desenvolvido pelo Sebrae-RN, tem sido um catalisador para essa expansão, auxiliando os produtores na melhoria da qualidade dos rebanhos e no aumento da produção.

A região possui uma rica tradição na **atividade leiteira**, destacando-se as bacias leiteiras do Seridó e do Agreste.



Curiosidade:

- A produção de leite no RN **creceu 11% em 2024**, atingindo **500 mil litros por dia**.

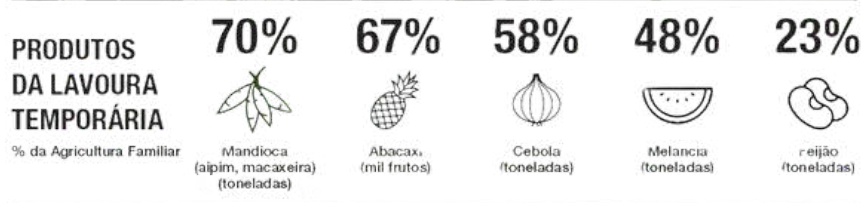
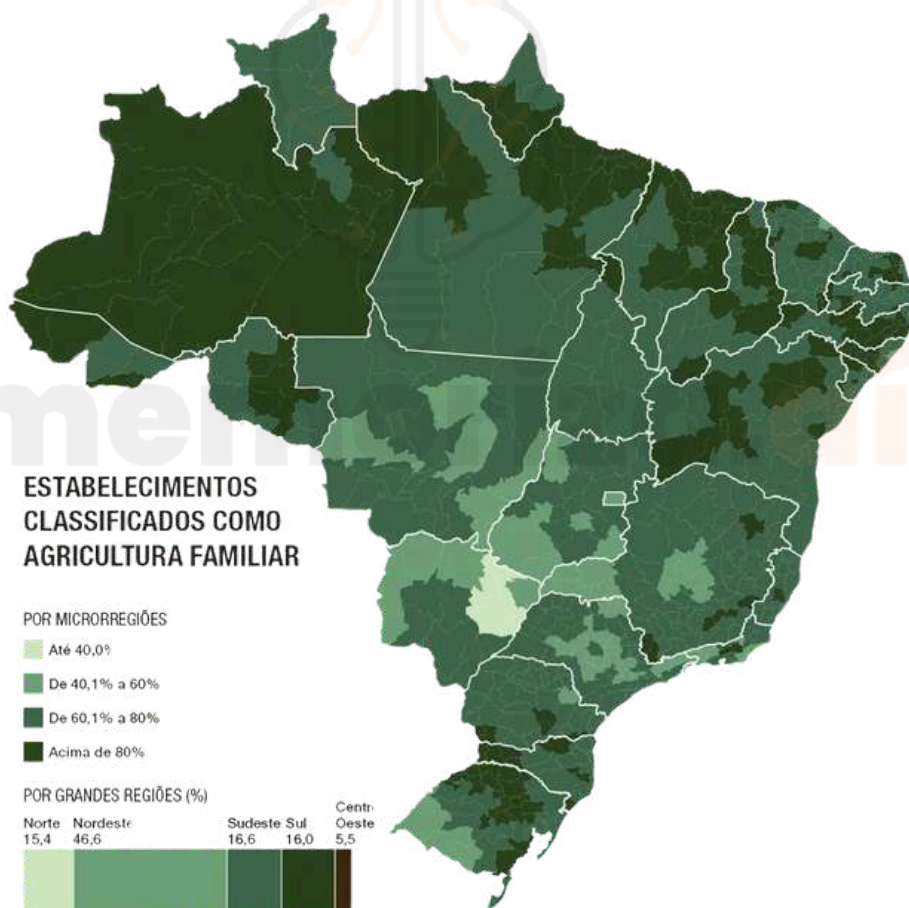
DICA

AGRICULTURA FAMILIAR: A FORÇA DO CAMPO POTIGUAR

AGRICULTURA FAMILIAR

O RN conta com **programas** e **ações** que valorizam e fortalecem a agricultura familiar, como:

- **PAA – Programa de Aquisição de Alimentos** → Compra alimentos da agricultura familiar para escolas, hospitais e entidades sociais
- **PNCf – Programa Nacional de Crédito Fundiário** → Facilita acesso à terra
- **Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** → Crédito com juros baixos para pequenos agricultores
- **Programa Estadual de Sementes** → Distribuição de sementes crioulas adaptadas ao semiárido



• **NÃO ESQUEÇA!**

Agricultura familiar = produção em pequena escala, feita por famílias, com foco na subsistência e comércio local



DICA CÓDIGO DE ÉTICA

DO SERVIDOR PÚBLICO DO RN – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS



O QUE PRECISAMOS SABER?

O Decreto nº 34.193/2024 institui o **Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo do RN**. A banca costuma cobrar os princípios que orientam a atuação ética dos agentes públicos, especialmente legalidade, moralidade, imparcialidade e interesse público.

O sistema tem como finalidade **promover a ética pública, fortalecer a integridade, incentivar a transparência e prevenir conflitos de interesse**. O Decreto disciplina a atuação da Comissão Estadual de Ética Pública e dos Comitês Setoriais de Ética.

Os órgãos de ética devem atuar conforme a lei e os princípios da Administração Pública. Mesmo diante de omissão normativa, o Decreto **determina aplicação da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**.

O **servidor público** deve agir com **honestidade, probidade e respeito** ao interesse coletivo. O Decreto prevê apuração de condutas incompatíveis com as normas éticas do serviço público estadual.



O sistema de ética **busca fortalecer** a integridade da Administração Pública e assegurar atuação voltada ao interesse coletivo. A transparência e o acesso à informação são instrumentos fundamentais dessa finalidade.



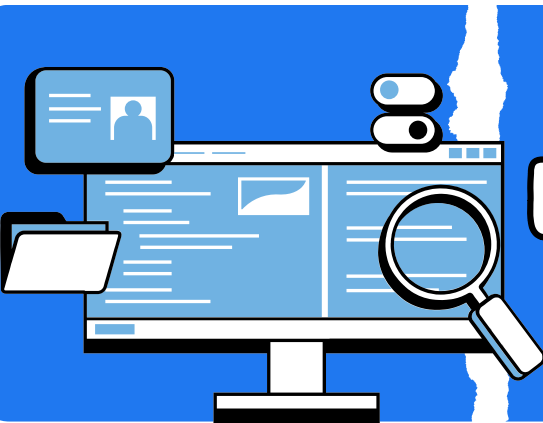
A apuração ética deve respeitar a honra e a imagem da pessoa investigada, além de **assegurar sigilo das informações**, independência e imparcialidade dos responsáveis pelo procedimento.

A constatação de **falta ética** pode resultar em recomendação de abertura de **procedimento administrativo** e proposta de exoneração de cargo ou função de confiança, conforme a gravidade da conduta.

! A BANCA COSTUMA COBRAR QUE O PROCESSO ÉTICO POSSUI CARÁTER SIGILOSO ATÉ SUA CONCLUSÃO E DEVE ASSEGURAR DEFESA PRÉVIA AO INVESTIGADO.

DICA

SIGILO PROFISSIONAL



E PROTEÇÃO DE INFORMAÇÕES

O Decreto estabelece o **sigilo das informações como princípio obrigatório no âmbito do Sistema de Gestão da Ética Pública**. A banca costuma cobrar a proteção da imagem do investigado, a restrição dos procedimentos éticos e a responsabilidade funcional quanto às informações obtidas no exercício do cargo.

O Sistema de Gestão da Ética Pública busca garantir integridade, imparcialidade e segurança das informações relacionadas aos procedimentos éticos. O Decreto prevê **dever de sigilo e proteção dos dados envolvidos** nas apurações realizadas pelos órgãos de ética.

As atividades desempenhadas pelos órgãos de ética devem observar **sigilo das informações até a conclusão do procedimento**. A divulgação indevida pode comprometer a legitimidade e a imparcialidade da apuração.

O Decreto determina **proteção à honra e à imagem da pessoa investigada** durante os procedimentos éticos. Essa garantia busca evitar exposição indevida e assegurar respeito aos direitos envolvidos na apuração.



Com o início do Processo de Apuração Ética, o **investigado possui direito de vista, certificação de teor e cópia dos autos**. O acesso ocorre de forma compatível com o dever de sigilo previsto no Decreto.



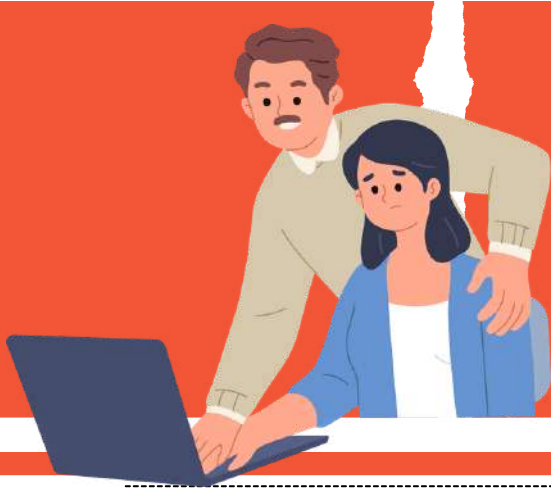
As **decisões** dos órgãos de ética devem ser **publicadas** em forma de **ementa**, sem informações que permitam identificar os investigados. O objetivo é preservar a confidencialidade dos procedimentos.

A utilização ou divulgação indevida de informações obtidas em razão da função pública **afronta os princípios** da moralidade, da ética administrativa e da proteção institucional prevista no Decreto.

⚠ A BANCA COSTUMA COBRAR QUE OS PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO ÉTICA PERMANECEM RESTRITOS ATÉ SUA CONCLUSÃO, PODENDO AS RESTRIÇÕES SER MANTIDAS MESMO APÓS O ENCERRAMENTO DO PROCESSO.

DICA

ASSÉDIO SEXUAL NO SERVIÇO PÚBLICO:



DEFINIÇÃO E EXEMPLOS

O Decreto nº 34.193/2024 fortalece a ética, a integridade e o respeito no âmbito da Administração Pública estadual. A banca costuma cobrar **condutas incompatíveis com a moralidade administrativa, a dignidade da pessoa humana e os deveres éticos do servidor público.**

O Sistema de Gestão da Ética Pública busca **prevenir práticas inadequadas e assegurar ambiente funcional ético e respeitoso.** Condutas de natureza sexual que causem constrangimento ou violem a dignidade funcional podem caracterizar infração ética no serviço público.

A prática de comportamento de natureza sexual indesejado, capaz de gerar constrangimento ou intimidação, **afronta os princípios da moralidade, do respeito e da dignidade no ambiente funcional.**

A utilização do cargo, função ou posição hierárquica para obtenção de favorecimento sexual **viola a finalidade pública** da Administração e compromete a integridade institucional.



O exercício da função pública exige **comportamento ético, respeitoso e compatível com a proteção da dignidade dos servidores** e demais pessoas vinculadas à Administração Pública.



Os procedimentos instaurados para investigação de infrações éticas devem **preservar o sigilo das informações**, a proteção da imagem dos envolvidos e a imparcialidade dos responsáveis pela apuração.

A constatação de conduta incompatível com as normas éticas pode resultar em **procedimento administrativo**, responsabilização funcional e adoção das medidas cabíveis conforme a gravidade da infração.

! A BANCA COSTUMA COBRAR QUE CONDUTAS OFENSIVAS À DIGNIDADE E AO RESPEITO NO AMBIENTE FUNCIONAL VIOLAM OS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DA ÉTICA PÚBLICA.

DICA

PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA

O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são formas de garantir que as leis não mudem para prejudicar coisas já estabelecidas.

GARANTEM a irretroatividade das leis.

LEMBRE-SE!

Essa irretroatividade, entretanto, não é absoluta. O Estado pode editar leis retroativas, desde que beneficiem os indivíduos, impondo-lhes situação mais favorável do que a que existia sob a vigência da lei anterior.

definição dos conceitos

O **direito adquirido**: aquele que está incorporado ao patrimônio do particular, uma vez que foram cumpridos todos os requisitos aquisitivos exigidos pela legislação vigente.



exemplo: se você cumprir todos os requisitos para se aposentar sob a vigência de uma lei X. Após cumpridas as condições de aposentadoria, mesmo que seja criada lei Y com requisitos mais gravosos, você terá direito adquirido a se aposentar.

LEI não PREJUDICARÁ

O **ato jurídico perfeito**: aquele que reúne todos os elementos fundamentais exigidos pela lei.



exemplo:

Utilize-se como exemplo um contrato celebrado hoje, sob a influência de uma lei X.



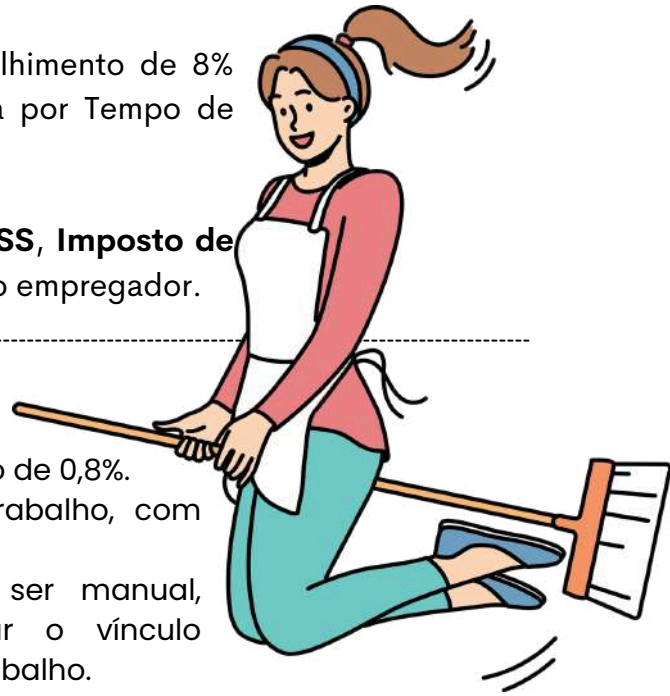
A **coisa julgada**: aquela decisão judicial da qual não há mais recurso.

DICA

DIREITOS TRABALHISTAS AOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS II

Os empregados domésticos têm direito ao recolhimento de 8% sobre o salário, referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), realizado pelo empregador.

Além disso, há a **unificação da cobrança de INSS, Imposto de Renda (IR) e FGTS** em um único boleto, pago pelo empregador.



Outros Direitos Importantes:

- **Seguro contra acidentes de trabalho:** Previsão de 0,8%.
- **Férias:** Direito a férias após um ano de trabalho, com acréscimo de um terço do salário.
- **Registro de ponto:** Obrigatório, podendo ser manual, mecânico ou eletrônico, para comprovar o vínculo empregatício e conferir datas e horários de trabalho.

Os empregados domésticos **têm direito ao seguro-desemprego** em caso de demissão sem justa causa, conforme a resolução 754/2015.

O benefício, equivalente a um salário mínimo, tem duração máxima de três parcelas.

Requisitos para Acesso ao Seguro-Desemprego:

- Comprovar emprego por no mínimo **15 meses** nos últimos 2 anos antes da demissão.
- Não possuir **renda suficiente** para a manutenção da família.
- Não estar recebendo qualquer **benefício** previdenciário, exceto pensão por morte e/ou auxílio acidente.
- Solicitar o benefício no **SINE** dentro do período de 7 a 90 dias após a demissão.

Para requerer o seguro-desemprego, é necessário agendar atendimento online no órgão governamental estadual.



OS DOCUMENTOS COMUNS PARA TODOS OS CASOS SÃO:
CPF DO EMPREGADOR;
DATA DE ADMISSÃO;
DATA DE DEMISSÃO.

ALÉM DESSES DOCUMENTOS, A IDENTIDADE, A CARTEIRA DE TRABALHO E O TERMO DE RESCISÃO SÃO ESSENCIAIS.



DICA

DIREITOS POLÍTICOS - PARTE VII

CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA

A **capacidade eleitoral passiva** refere-se ao **direito de ser votado e ser elegível para cargos públicos**. Para que um indivíduo possa **adquirir a capacidade eleitoral passiva**, é **necessário que ele atenda aos requisitos estipulados pela Constituição** para a elegibilidade, além de **não se enquadrar em nenhuma das circunstâncias de inelegibilidade**, que são situações que impedem o exercício da capacidade eleitoral passiva.

Vamos ver quais são os requisitos de elegibilidade?

SÃO CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Esses incisos costumam ser cobrados em sua literalidade. Memorize-o!

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de:

35

TRINTA E CINCO ANOS

para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

30

TRINTA ANOS

para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

21

VINTE E UM ANOS

Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice Prefeito e juiz de paz;

18

DEZOITO ANOS

para Vereador.

Previsão constitucional: Art.14, §3º, CF.

LEMBRE-SE!



A elegibilidade **somente será possível pelo cumprimento cumulativo de todos os requisitos** acima relacionados.

DICA

APLICABILIDADE CONSTITUCIONAL III

APLICABILIDADE DAS
NORMAS CONSTITUCIONAIS

normas de eficácia limitada

sua aplicabilidade é **indireta, mediata e reduzida**.



Por fim, as **normas constitucionais de eficácia limitada** referem-se àquelas que necessitam de regulamentação infraconstitucional para produção de seus efeitos.



Ou seja, o texto constitucional mostra-se incapaz de, isoladamente, produzir todas as consequências necessárias à concretização do direito.

características

NÃO-AUTOAPLICAVEIS

A não-autoaplicabilidade se refere à **necessidade de suplementação legislativa** para que os efeitos do texto constitucional se manifestem plenamente.

APLICABILIDADE INDIRETA, MEDIATA E REDUZIDA

No que diz respeito à **aplicabilidade indireta**, isso envolve a **necessidade de uma lei regulamentadora para dar eficácia aos efeitos pretendidos pelo texto constitucional**.

A **aplicabilidade mediata**, por sua vez, ocorre quando o **texto constitucional**, por si só, **não é suficiente para produzir os efeitos desejados pelo legislador**.

Por fim, no contexto da **aplicabilidade reduzida**, é importante ressaltar que essas normas **possuem um grau limitado de eficácia** logo após a promulgação da Constituição de 1988.



mnemônico

PINGA COM LIMÃO

EFICÁCIA PLENA
EFICÁCIA CONTIDA
EFICÁCIA LIMITADA



DICA

ATRIBUTOS

Os atributos do ato administrativo são características essenciais que **definem a natureza e os efeitos jurídicos** desses atos.

4

Existem **quatro atributos principais** que são geralmente atribuídos aos atos administrativos:

Presunção de Legitimidade

Esse atributo estabelece que os atos administrativos são considerados válidos e legais até que se prove o contrário. Isso significa que, quando um ato é emitido por uma autoridade competente, ele é presumido como correto e em conformidade com a lei, e cabe àqueles que contestam sua validade demonstrar o contrário.

Autoexecutoriedade

Alguns atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, o que significa que a administração pública pode executar diretamente as medidas neles estabelecidas, sem a necessidade de autorização judicial prévia. Isso é frequentemente visto em multas de trânsito, embargos administrativos, entre outros.

Tipicidade

Esse atributo refere-se ao fato de que os atos administrativos são regidos por regras e padrões estabelecidos na legislação ou regulamentação. Eles devem se enquadrar em categorias específicas e seguir critérios predefinidos para serem considerados válidos.

Imperatividade

A imperatividade se refere à força coercitiva dos atos administrativos. Eles têm o poder de impor obrigações, restrições ou determinações aos destinatários, que são legalmente obrigados a cumprir as disposições do ato.

mnemônico
PATI

Presunção de Legitimidade
Autoexecutoriedade
Tipicidade
Imperatividade



Além desses quatro atributos principais, outros atributos menores também podem ser considerados, dependendo do contexto e das características do ato administrativo em questão. Esses atributos fornecem a base para a compreensão das características distintas e do impacto legal dos atos administrativos.

DICA

AGENTES PÚBLICOS III



Agentes Políticos

exercem funções políticas e de alta direção.

Dentro do âmbito do Poder Executivo, os agentes políticos referem-se aos indivíduos que ocupam os cargos de mais alta hierarquia na administração pública. Isso inclui os líderes do Poder Executivo, como o Presidente, Governador e Prefeito, assim como seus Ministros e Secretários Estaduais e Municipais. Houve um período de incerteza quanto à inclusão dos Magistrados na categoria dos agentes políticos.



Recurso Especial 228.977, STF.

Os magistrados enquadram-se na espécie agente político, investidos para o exercício de atribuições constitucionais, sendo dotados de plena liberdade funcional no desempenho de suas funções, com prerrogativas próprias e legislação específica.

e quanto aos membros dos Tribunais de Contas e os membros do Ministério Público?



No contexto dos membros dos Tribunais de Contas, surge uma situação notável: a **doutrina os categoriza como agentes políticos**, enquanto o **STF adota uma perspectiva contrária, considerando-os como agentes administrativos**.



Se a questão da sua prova requer a classificação dos membros dos Tribunais de Contas com base no entendimento do STF, a resposta inequívoca é que eles são claramente considerados agentes administrativos.

DICA

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO I

A responsabilidade civil do Estado refere-se à **obrigação legal que o Estado tem de reparar os danos causados a terceiros em virtude das ações ou omissões de seus agentes, serviços públicos ou políticas públicas.**

Em outras palavras, quando o Estado, por meio de seus funcionários, serviços ou decisões, causa prejuízo a indivíduos ou entidades, ele pode ser responsabilizado e obrigado a indenizar as vítimas pelos danos sofridos.

Todas as pessoas **de direito público respondem objetivamente** pela ação de seus agentes (conduta comissiva).

Existem **dois principais tipos de responsabilidade civil** do Estado, vamos conhecer?

RESPONSABILIDADE OBJETIVA (OU TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO)

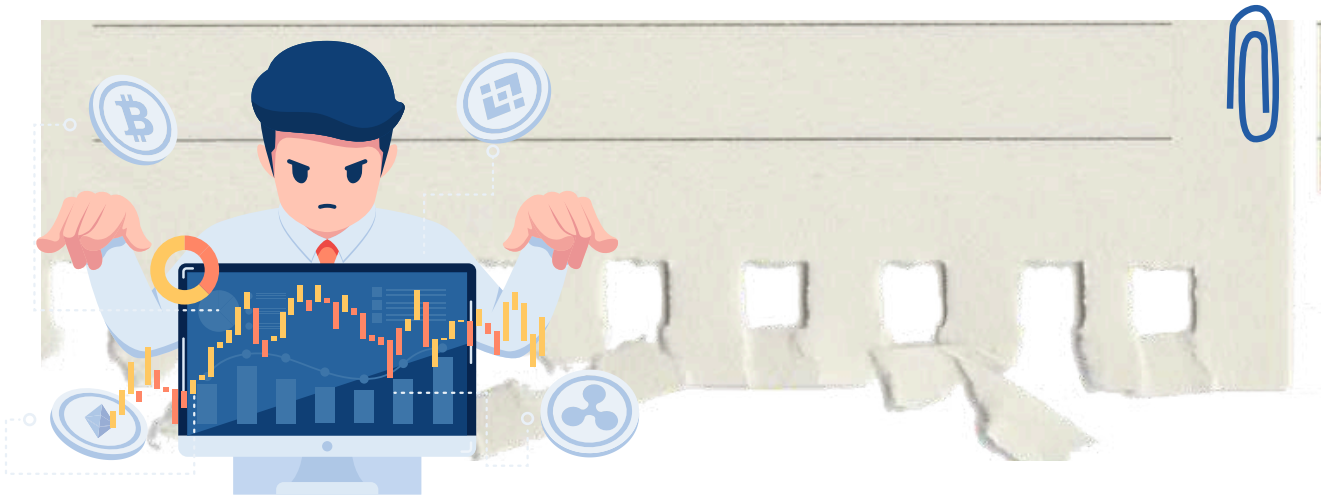
Nesse tipo de responsabilidade, **o Estado é considerado responsável pelos danos causados, independentemente de haver culpa por parte dos agentes públicos.** Basta que **seja demonstrada a relação de causa e efeito entre a ação ou omissão do Estado e o dano sofrido pela vítima.** O fundamento para essa responsabilidade é o risco inerente às atividades estatais, uma vez que o Estado detém o monopólio do uso da força e exerce diversas funções em benefício da sociedade.

RESPONSABILIDADE SUBJETIVA (OU TEORIA DA CULPA)

Nesse tipo de responsabilidade, **a vítima precisa provar não apenas a relação de causa e efeito entre o dano e a ação do Estado, mas também a existência de culpa ou dolo por parte dos agentes públicos.** Ou seja, é necessário demonstrar que houve negligência, imprudência ou imperícia por parte do Estado ou de seus agentes para que a responsabilidade seja configurada.

DICA

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I



O controle da Administração Pública refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos pelos quais são avaliadas e fiscalizadas as atividades e condutas dos órgãos, agentes e entidades que compõem a administração estatal. O objetivo primordial desse controle é assegurar que a Administração Pública atue de acordo com os princípios legais, éticos e constitucionais, promovendo a transparência, a eficiência, a legalidade e a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

Conforme observarão, a administração pública está sujeita a ser fiscalizada por entidades pertencentes a todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), em várias etapas de suas atividades, as quais podem abranger diversos aspectos da sua atuação.

Vamos agora **categorizar as modalidades** de controle?

ÓRGÃO CONTROLADOR

Controle poderá ser administrativo, legislativo ou judicial.

ASPECTO CONTROLADO

O controle poderá ser de legitimidade/legalidade ou ainda de mérito.

MOMENTO DE EXERCÍCIO

Controle poderá ser prévio, concomitante ou posterior.

ORIGEM

Controle poderá ser interno, externo e popular.

AMPLITUDE

Controle poderá ser hierárquico e finalístico.

DICA

DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS III

SANÇÕES NA LGPD



Conforme disposto no Artigo 52, a aplicação dessas sanções é **discricionária**, levando-se em consideração a **gravidade da infração**, e é realizada pela **agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD)**.

As **sanções previstas** são as seguintes:

- Advertência.
- Multa simples, que pode chegar a até **2% do faturamento da empresa**, limitada a R\$50.000.000,00 por infração.
- Multa diária, também **licitações e contratos**
- **Publicitação** da infração.
- **Bloqueio** dos **dados pessoais**.
- **Eliminação** dos dados pessoais.

X - **Suspensão parcial** do funcionamento do banco de dados por 6 meses.

XI - **Suspensão do tratamento de dados pessoais** por 6 meses.

XII - **Proibição parcial ou total** de efetuar tratamento dos dados.

AS SANÇÕES SERÃO IMPOSTAS APÓS UM **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** QUE PERMITA A OPORTUNIDADE DE AMPLA DEFESA, DE MANEIRA GRADUAL, ISOLADA OU CUMULATIVAMENTE.



§ 6º As sanções previstas nos incisos X, XI e XII do caput deste artigo serão aplicadas:

- I. Somente após ao menos uma das sanções mencionadas nos incisos II, III, IV, V e VI do caput deste artigo ter sido **imposta** para o **mesmo caso concreto**;
- II. Em caso de **controladores submetidos a outros órgãos e entidades com competências sancionatórias**, sendo necessária a audição desses órgãos.

§ 7º Os vazamentos individuais ou acessos **não autorizados** mencionados no caput do art. 46 desta Lei podem ser **objeto de conciliação direta entre o controlador e o titular dos dados**.

CASO **NÃO HAJA ACORDO**, O CONTROLADOR ESTARÁ **SUJEITO À APLICAÇÃO DAS PENALIDADES** DESCRITAS NESTE ARTIGO.

DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 IV

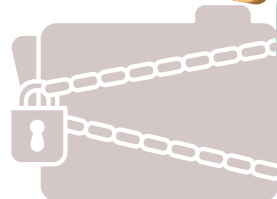
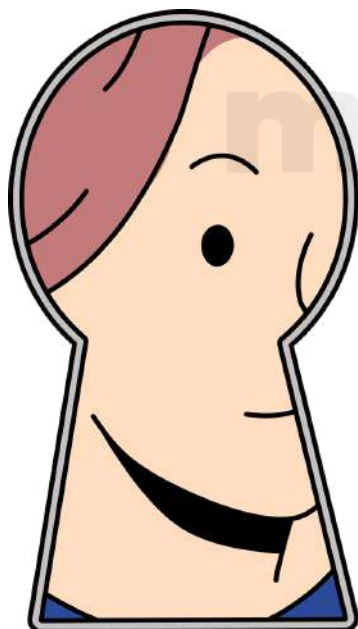
LEI Nº 12.527/2011 IV



A legislação permite que certas informações sejam designadas como **confidenciais**, seguindo critérios estabelecidos nas leis vigentes.

Dados confidenciais são aqueles que, se divulgados, poderiam **prejudicar a segurança nacional**, a **defesa**, ou as **relações exteriores do país**, entre outros aspectos.

A legislação contempla **três níveis de confidencialidade** para informações governamentais: **ultrassecreto, secreto, reservado**.



ULTRASSECRETO:

Informações cuja divulgação pode causar danos graves à segurança do Estado ou às relações exteriores. O **prazo máximo de confidencialidade é de 25 anos**, podendo ser prorrogado.

SECRETO:

Informações cuja divulgação pode prejudicar a segurança do Estado ou interesses nacionais. O **prazo máximo de confidencialidade é de 15 anos**.

RESERVADO:

Informações cuja divulgação pode afetar a administração pública ou interesses públicos. O **prazo máximo de confidencialidade é de 5 anos**.

- Além das **informações pessoais**, que por natureza devem ser **protegidas**, como os dados pessoais dos cidadãos, a legislação estabelece normas específicas para o **tratamento e acesso** a essas informações, garantindo a privacidade e proteção dos dados pessoais.
- Adicionalmente, a lei reconhece que certas informações podem ser sujeitas a **sigilo** por **órgãos ou entidades que ainda não estabeleceram uma classificação específica**. Nesses casos, é necessário **justificar** a necessidade do sigilo e definir um **prazo para a divulgação**.

DICA

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA II

SANÇÕES



As sanções constitucionalmente previstas para casos de improbidade administrativa estão dispostas no artigo 37, parágrafo 4º, da Constituição Federal do Brasil.

Essas sanções incluem:

- Perda da função pública:** O agente público condenado por improbidade administrativa **pode ser afastado do cargo, emprego ou função pública que esteja exercendo, além de ficar proibido de assumir cargos públicos** futuramente.
- Indisponibilidade dos bens:** A indisponibilidade dos bens significa que **os bens do agente podem ser bloqueados ou indisponibilizados, impedindo sua venda, transferência ou alienação** de forma a assegurar que, caso a condenação seja confirmada, os recursos estejam disponíveis para ressarcir o dano causado ao erário.
- Ressarcimento ao erário:** O agente público ou particular responsável pela improbidade administrativa **é obrigado a reparar integralmente o dano causado aos cofres públicos ou ao patrimônio do Estado.**
- Suspensão dos direitos políticos:** A suspensão dos direitos políticos **implica na privação temporária do direito de votar e ser votado em eleições.** O período de suspensão varia de acordo com a gravidade da conduta.

mnemônico

PIRS

Perda da função pública;
Indisponibilidade dos bens;
Ressarcimento ao erário;
Suspensão dos direitos políticos;



DICA

LEI Nº 12.846/2013 (LEI ANTICORRUPÇÃO)

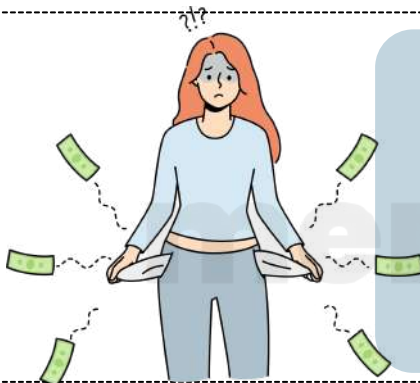
RESPONSABILIDADE
OBJETIVA DA PESSOA
JURÍDICA



A Lei 12.846/2013 estabelece que a **pessoa jurídica responde objetivamente**, nas esferas **administrativa e civil**, por atos lesivos praticados em seu interesse ou **benefício**, mesmo que **não haja comprovação de dolo ou culpa de seus dirigentes**.

♦ O QUE A BANCA COSTUMA COBRAR

A banca costuma cobrar que a **responsabilidade é objetiva**, que alcança atos praticados no interesse ou benefício da empresa, e que **não exclui** a responsabilização individual de dirigentes e pessoas naturais envolvidas.



- A lei determina que empresas – **independentemente de porte, modelo societário ou formalização** – respondem **sem necessidade de demonstrar culpa** quando seus atos **causam prejuízo à Administração Pública nacional ou estrangeira**.
- A **responsabilização** decorre do **vínculo entre o ato ilícito e o interesse/benefício da empresa**.

Mesmo que o **autor direto** seja um **funcionário** ou **terceiro intermediário**, a **pessoa jurídica continua responsável**.

EXEMPLOS QUE APARECEM EM PROVA

Funcionário oferece **vantagem indevida** a servidor para fechar contrato → **PJ responde objetivamente**.

Consultor externo fraudula licitação em nome da empresa → **benefício à PJ = responsabilização objetiva**.



Sócio pratica ato ilícito sem ordem direta da empresa, mas em benefício dela → **a PJ responde**.

Empresa constituída "**de fato**" (sem registro formal) **comete ato lesivo** → **também se aplica a lei**.

DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS



DISPENSA DE LICITAÇÃO

A dispensa ocorre quando a lei permite não realizar licitação, mesmo havendo possibilidade de competição.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os casos em que a licitação é dispensável

1 Pequenos valores

- Até R\$ 100.000,00 → obras, serviços de engenharia e manutenção de veículos 🚗
- Até R\$ 50.000,00 → outros serviços e compras 🛒

2 Licitação anterior sem sucesso (até 1 ano)

- Sem interessados ou propostas inválidas.
- Propostas muito acima do mercado.

3 Casos específicos:

- Peças para manutenção durante garantia 🔧
- Acordo internacional com condições vantajosas 🌐
- Pesquisa e desenvolvimento (até R\$ 300.000 em obras/serviços) 🔬
- Transferência/licenciamento de tecnologia 📡
- Gêneros perecíveis (hortifrúti, pães etc.) 🥬
- Alta complexidade tecnológica e defesa nacional 🛡️
- Padronização das Forças Armadas ⚓ ✈️ 🚚
- Operações de paz no exterior 🌐
- Abastecimento de tropas em trânsito 🚚
- Reciclagem por cooperativas de baixa renda ♻️
- Obras de arte e objetos históricos 🖼️
- Serviços sigilosos de investigação 🔍
- Medicamentos para doenças raras 💊

4 Situações estratégicas e emergenciais:

- Cumprir objetivos da Lei de Inovação (Lei 10.973/2004) 💡
- Segurança nacional ⚠️
- Guerra, estado de defesa/sítio, intervenção federal 🇺🇸



EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA
(PRAZO MÁX. 1 ANO, SEM PRORROGAÇÃO)





DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS



DISPENSA DE LICITAÇÃO

A dispensa ocorre quando a lei permite não realizar licitação, mesmo havendo possibilidade de competição.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os casos em que a licitação é dispensável

5 Contratações internas e institucionais:

- Compra de bens/serviços de órgãos públicos criados para esse fim 🏛️
- Intervenção no domínio econômico 📈
- Contrato de programa com ente federativo 🤝
- Transferência de tecnologia para produtos estratégicos do SUS 🏥
- Profissional técnico para comissão avaliadora 🧠
- Associação sem fins lucrativos de pessoas com deficiência ♿
- Instituição brasileira sem fins lucrativos para ensino, pesquisa e inovação 🎓
- Fundação que produz insumos estratégicos para saúde 🩺
- Entidade sem fins lucrativos para cisternas e acesso à água 💧
- Entidade sem fins lucrativos para Cozinha Solidária 🍲

DETALHES IMPORTANTES

- **Valores** → somatório anual por unidade gestora e por objeto semelhante.
- **Consórcios públicos/agências executivas** → limites dobrados.

http://



Preferência: publicar aviso no site oficial por mín. 3 dias úteis para receber propostas.

Preferência: pagamento via cartão de pagamento (extrato no PNCP).



OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA P&D → SEGUEM REGULAMENTO ESPECIAL.

Emergência = manter serviço público + seguir valores de mercado.



DICA

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS



Que é?

✓ A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada em 1948, logo após a Segunda Guerra Mundial, como resposta às **graves violações de direitos humanos** ocorridas no período.

📖 **Natureza jurídica**

- ✓ A DUDH É UMA RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU
- ✗ NÃO É TRATADO INTERNACIONAL
- ✗ NÃO EXIGE RATIFICAÇÃO PELOS ESTADOS

✓ A banca costuma cobrar que, mesmo sem força vinculante formal, a DUDH possui altíssimo valor normativo, funcionando como fonte material dos direitos humanos.

👤 **Fundamento central: dignidade da pessoa humana**

A DUDH parte da ideia de que:

- ✓ Todos os seres humanos **nascem livres**
- ✓ Todos **são iguais em dignidade e direitos**

Atenção:

- **Igualdade ≠ igualdade absoluta**
- Trata-se de **igualdade jurídica e moral**

🌍 **Universalidade dos direitos humanos**

Os direitos previstos na DUDH:

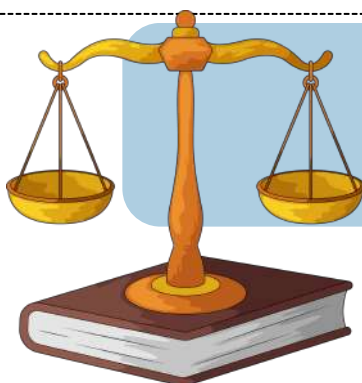
- ✓ Valem para **todas as pessoas**
- ✓ Independem de **nacionalidade, raça, sexo, religião ou opinião política**



✓ A banca costuma explorar o termo "universal" em contraposição a sistemas regionais, como o Sistema Interamericano.

Por que a DUDH é tão cobrada em concursos?

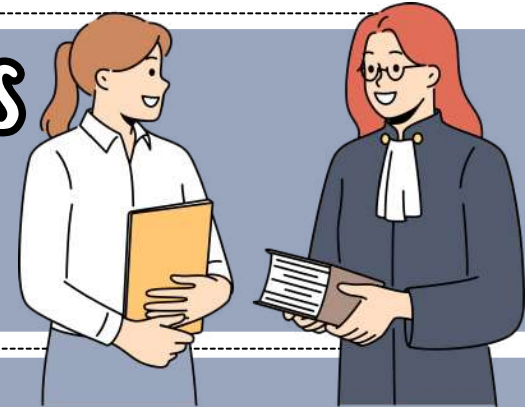
- ✓ Inspirou **Constituições modernas** (inclusive a CF/88)
- ✓ Influenciou **tratados internacionais** posteriores
- ✓ Serve como **base conceitual dos direitos humanos**



DICA

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

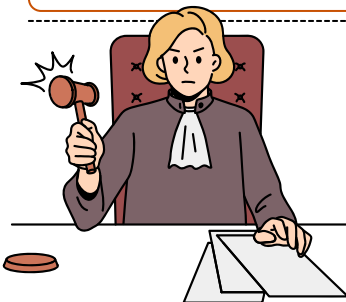
INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais é o processo que transforma princípios essenciais, como a **dignidade humana**, em **normas protegidas** e aplicadas no sistema jurídico de um país. Isso garante que esses **direitos** sejam **reconhecidos**, **respeitados** e **aplicados** de forma eficaz.

Como Funciona a Institucionalização?

- 📖 **CONSTITUIÇÃO E DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS:** A BASE DE TUDO! NO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, CHAMADA DE "CONSTITUIÇÃO CIDADÃ", GARANTE DIREITOS FUNDAMENTAIS.
- ⚖️ **LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:** LEIS COMPLEMENTARES DETALHAM OS DIREITOS PREVISTOS, COMO OS CÓDIGOS CIVIL, PENAL E TRABALHISTA.
- 🏛️ **ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO:** INSTITUIÇÕES COMO:
 - PODER JUDICIÁRIO** 👤: JULGA E ASSEGURA OS DIREITOS.
 - MINISTÉRIO PÚBLICO** 👤: FISCALIZA E PROTEGE OS INTERESSES DA SOCIEDADE.
 - DEFENSORIA PÚBLICA** 🙋: AJUDA QUEM NÃO PODE PAGAR POR ADVOGADOS.
- 🛠️ **MECANISMOS DE APLICAÇÃO:** FERRAMENTAS COMO POLÍTICAS PÚBLICAS, ACESSO À JUSTIÇA E AÇÕES JUDICIAIS GARANTEM QUE ESSES DIREITOS SAIAM DO PAPEL.
- 📚 **EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO:** ENSINAR A POPULAÇÃO SOBRE SEUS DIREITOS É ESSENCIAL PARA FORTALECÊ-LOS.
- 🌍 **MONITORAMENTO INTERNACIONAL:** ORGANISMOS COMO A ONU E A OEA ACOMPANHAM E FISCALIZAM O CUMPRIMENTO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS.



A Constituição de 1988 foi um marco! Além disso, **tratados internacionais de direitos humanos** têm:

- **Status Supralegal** (acima das leis comuns, mas **abaixo da Constituição**).
- **Status Constitucional** (quando **aprovados com quórum qualificado**, como uma emenda constitucional).



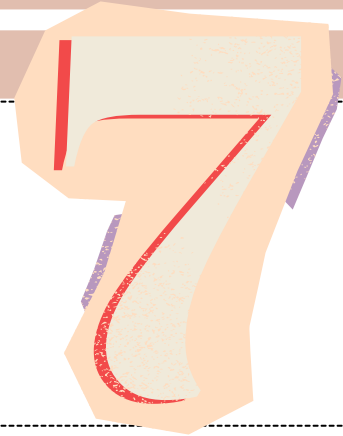
O **Supremo Tribunal Federal (STF)** define que **tratados de direitos humanos**, mesmo **supralegais**, respeitam a soberania da Constituição Federal 📖, que é a norma máxima no Brasil.

DICA

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CADH)



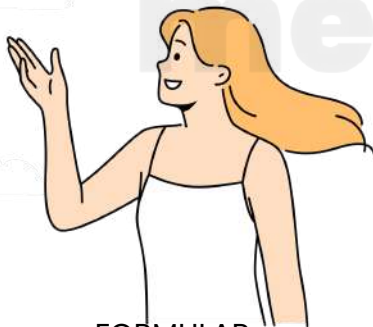
COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS



→ **Composição da Comissão:** A Comissão é formada por **7 membros**, com autoridade moral e saber em direitos humanos.

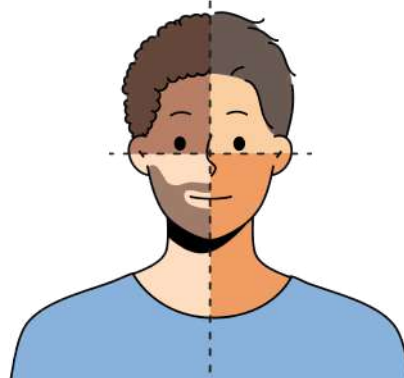
→ **Processo de Eleição:** Os membros são **eleitos** pela Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e devem ser de **diferentes países**.

Função principal: Promover a observância e defesa dos direitos humanos nas Américas.



FORMULAR
RECOMENDAÇÕES AOS
GOVERNOS PARA
MELHORAR AS **LEIS** E
GARANTIR **RESPEITO** AOS
DIREITOS HUMANOS.

ELABORAR **RELATÓRIOS E ESTUDOS**, ALÉM DE FORNECER **ASSESSORAMENTO** SOBRE QUESTÕES DE DIREITOS HUMANOS.



ESTIMULAR A
CONSCIENTIZAÇÃO
SOBRE **DIREITOS HUMANOS**.

Qualquer pessoa ou grupo pode apresentar petições à Comissão sobre violação de direitos humanos.

Para que uma petição seja aceita, deve atender a certos critérios:

- Recursos **internos esgotados**.
- Petição apresentada dentro de **6 meses** após a decisão final.
- A matéria não deve estar **pendente** em outro **processo internacional**.

OS ESTADOS PODEM **RECONHECER A COMPETÊNCIA DA COMISSÃO** PARA INVESTIGAR **VIOLAÇÕES** POR OUTROS ESTADOS.



DICA
FUNDAMENTOS



E PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL

O QUE PRECISAMOS SABER?

A execução penal regula o cumprimento da pena e da medida de segurança, visando a efetivação da sentença e a reintegração social do condenado.

FINALIDADE DA EXECUÇÃO PENAL

É **regra** assegurar a execução da pena conforme a sentença judicial, respeitando os direitos do condenado. Constitui **condição específica** a observância da legalidade, da individualização da pena e da dignidade da pessoa humana. A execução deve promover a ressocialização do apenado.

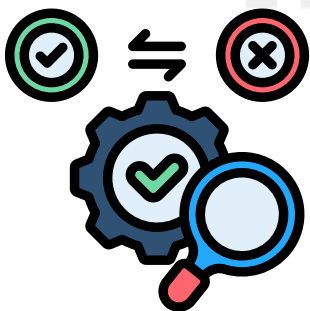


É **regra** aplicar princípios como legalidade, jurisdicionalidade, humanização da pena e individualização da execução. Constitui **condição específica** a atuação do juiz da execução no controle de legalidade dos atos administrativos. Constitui **exceção** a mitigação de direitos apenas quando expressamente prevista em lei.



JURISDICIONALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO PENAL

A execução penal é submetida ao controle do Poder Judiciário, garantindo fiscalização dos atos administrativos. É **regra** que decisões relevantes dependam de autorização judicial, mediante procedimento adequado. Constitui **condição específica** a provocação por meio de requerimento das partes ou atuação de ofício do juiz.



O condenado mantém direitos não atingidos pela sentença, devendo ser respeitada sua integridade física e moral. É **regra** garantir assistência material, jurídica, educacional, social e de saúde durante a execução. Constitui **exceção** a restrição de direitos apenas nos limites estritamente necessários ao cumprimento da pena.





DICA
INDULTO



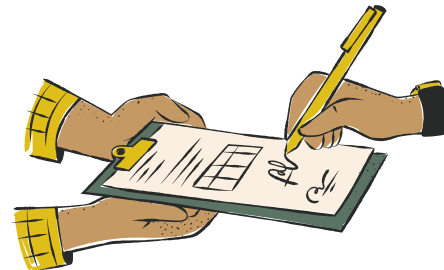
E COMUTAÇÃO DE PENAS

O QUE PRECISAMOS SABER?

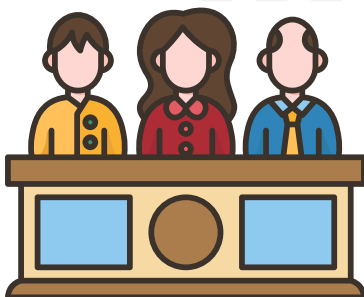
O indulto e a comutação são formas de extinção ou redução da pena concedidas por ato do Poder Executivo, com base em decreto.

INDULTO: CONCEITO E EFEITOS

É **regra** que o indulto extinga total ou parcialmente a pena, alcançando condenados que preencham os requisitos do decreto. Constitui **condição específica** o atendimento cumulativo dos critérios objetivos e subjetivos previstos. O indulto pode ser individual ou coletivo, conforme previsão normativa.



É **regra** que a comutação reduza a pena, sem extingui-la integralmente. Constitui **condição específica** o cumprimento de parte da pena e os demais requisitos fixados no decreto presidencial. Constitui **exceção** a concessão automática, dependendo sempre de análise do caso concreto.



PROCEDIMENTO PARA CONCESSÃO

A concessão depende de decisão do juiz da execução, após verificação dos requisitos do decreto e oitiva do Ministério Público. É **regra** a instauração de procedimento com análise individualizada da situação do apenado. Constitui **condição específica** a existência de decreto vigente aplicável ao caso.

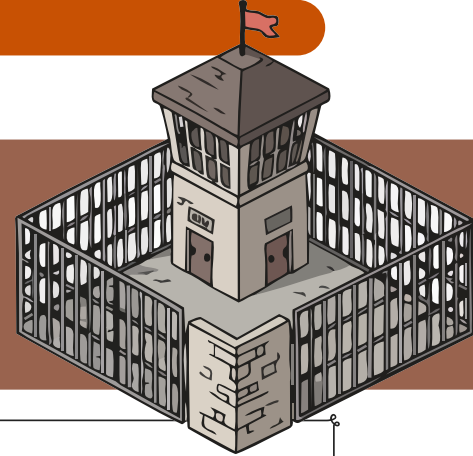
O decreto pode estabelecer restrições quanto a crimes, tempo de pena e reincidência. É **regra** observar integralmente as vedações expressas no ato concessivo. Constitui **exceção** a concessão fora dos critérios do decreto, vedada por ausência de base legal.





DICA
REGIME

DISCIPLINAR DIFERENCIADO RDD



O QUE PRECISAMOS SABER?

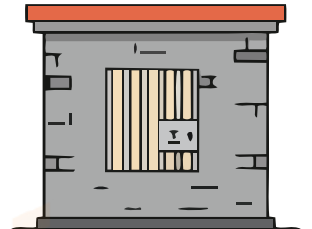
O RDD é regime de cumprimento de pena mais rigoroso, aplicado em hipóteses específicas para presos que representem risco à ordem e à segurança.

HIPÓTESES DE APLICAÇÃO DO RDD

É **regra** a aplicação ao preso que pratique fato previsto como crime doloso que ocasione subversão da ordem ou disciplina interna. Constitui **condição específica** a existência de risco à segurança do estabelecimento penal ou da sociedade. Admite-se também para presos com alto grau de periculosidade ou envolvimento com organizações criminosas.



É **regra** o recolhimento em cela individual, com restrição de visitas e limitação de contato com outros presos. Constitui **condição específica** o prazo máximo de 360 dias, admitida renovação por decisão judicial fundamentada. O preso tem direito a banho de sol diário de 2 horas.



PROCEDIMENTO PARA INCLUSÃO NO RDD

A inclusão depende de decisão judicial, precedida de requerimento da autoridade administrativa ou do Ministério Público. É **regra** assegurar contraditório e ampla defesa, ainda que de forma diferida em situações urgentes. Constitui **condição específica** a fundamentação concreta da necessidade da medida.

O regime deve respeitar a dignidade da pessoa humana e os direitos não atingidos pela restrição. É **regra** vedar tratamento cruel, desumano ou degradante. Constitui **exceção** a ampliação das restrições apenas dentro dos limites legais e mediante decisão judicial fundamentada.



DICA

SISTEMA PRISIONAL

E ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL



O QUE PRECISAMOS SABER?

O estado de coisas inconstitucional caracteriza situação estrutural de violação massiva e contínua de direitos fundamentais no sistema prisional.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL

É **regra** reconhecer sua configuração diante de violações generalizadas, persistentes e sistemáticas de direitos fundamentais. Constitui **condição específica** a omissão reiterada do Estado em adotar medidas eficazes para sanar as irregularidades. Exige-se atuação coordenada de múltiplos órgãos para enfrentamento do problema.



É **regra** identificar problemas como superlotação, condições insalubres e ausência de assistência adequada. Constitui **condição específica** a violação à dignidade da pessoa humana e aos direitos mínimos do preso. Constitui **exceção** a regularidade apenas em unidades que atendam integralmente aos parâmetros legais.



ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

O Judiciário pode reconhecer o estado de coisas inconstitucional e determinar medidas estruturais para correção. É **regra** a imposição de obrigações ao Estado para assegurar direitos fundamentais. Constitui **condição específica** a atuação com base em decisões estruturantes e monitoramento contínuo.

Devem ser adotadas políticas públicas, alocação de recursos e ações coordenadas entre os entes estatais. É **regra** o cumprimento obrigatório das determinações judiciais pelos órgãos competentes. Constitui **exceção** a inércia estatal, vedada diante da gravidade das violações reconhecidas.



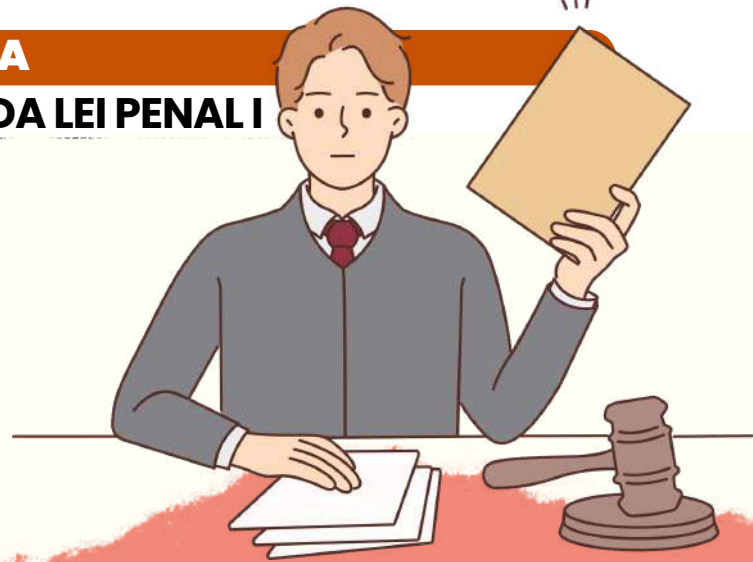
→ clique aqui para conhecer o material completo

POLÍCIA PENAL

aí

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL I



LEI PENAL NO TEMPO

ENTENDA A APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO



A lei penal brasileira estipula que **nenhum crime será punível se não estiver previsto anteriormente em lei.**

- Contudo, ao contrário da **lei processual penal**, que se aplica imediatamente quando alterada, a nova legislação penal que favoreça o agente pode ser aplicada retroativamente, inclusive em casos já julgados e com sentença condenatória transitada em julgado.



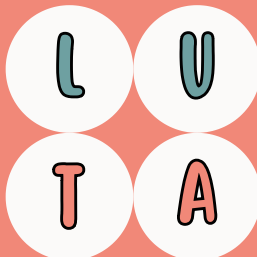
Observação importante sobre a Constituição - Artigo 5º, XL da CF: **a lei penal não retroagirá, exceto para favorecer o réu.**



TEMPO DO CRIME

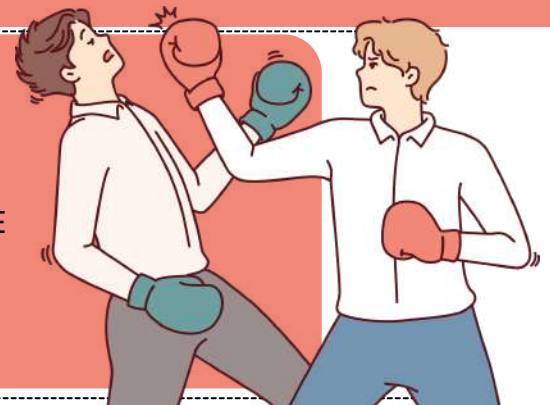
APLICAÇÃO DA LEI PENAL

- De acordo com o artigo 4º do CP, a **lei penal aplicável é a que estava em vigor no momento da ação ou omissão.**
- No Direito Penal, **utiliza-se a teoria da atividade**, considerando o crime como praticado no instante em que o agente executa a conduta, o que ocorre após o início da ação.



MNEMÔNICO

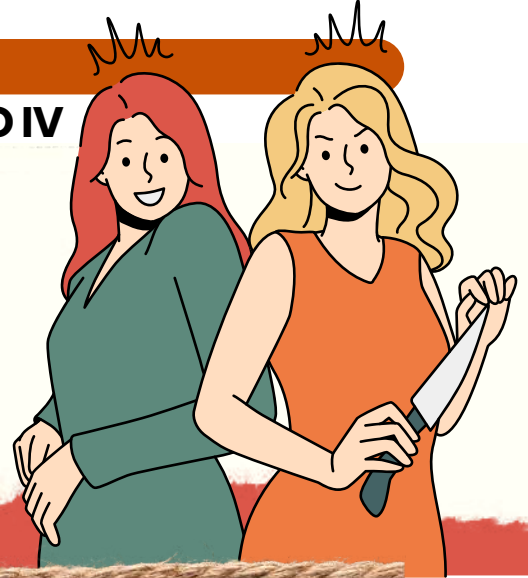
LUGAR = UBIQUIDADE
TEMPO = ATIVIDADE



DICA

TEORIA GERAL DO DELITO IV

CLASSIFICAÇÃO DO CRIME III



ENTENDENDO AS DIFERENÇAS ENTRE CRIMES DE DANO E CRIMES DE PERIGO

No âmbito penal, existem dois tipos de crimes: o crime de dano e o crime de perigo.

NECESSIDADE DE LESÃO AO BEM JURÍDICO:

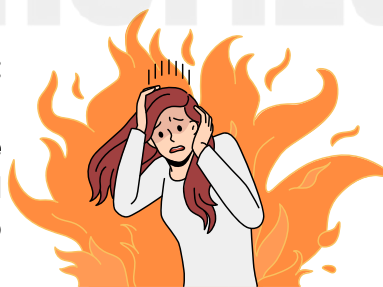


- Crime de dano: exige que **haja efetivamente a ocorrência de lesão ou dano ao bem jurídico**, como, por exemplo, o crime de dano e infanticídio.



- Crime de perigo: ocorre quando o **bem jurídico é exposto ao perigo, independentemente da efetiva lesão**. Alguns exemplos de crimes de perigo incluem o crime de extorsão mediante sequestro e descaminho.

- Crime de perigo concreto: **requer que seja demonstrado que houve uma situação de perigo real para o bem jurídico**, como no caso do crime de incêndio.



- Crime de perigo abstrato ou puro: a consumação do crime **não depende da demonstração de que o bem jurídico tenha sido efetivamente exposto ao risco**, sendo presumido, como no caso do crime de associação criminosa.



DICA

PENAS E SEUS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO I

ESPÉCIES DE PENA



PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

As penas previstas pelo ordenamento jurídico brasileiro, conforme o art. 32 do CP, são: **privativa de liberdade, restritiva de direitos e multa.**

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

A privação de liberdade é uma forma de punição adotada pelo Código Penal, que tem como objetivo **restringir a liberdade de locomoção do condenado por um tempo determinado**. Esta medida tem como finalidade a **reinserção do indivíduo na sociedade e a prevenção de reincidência**.

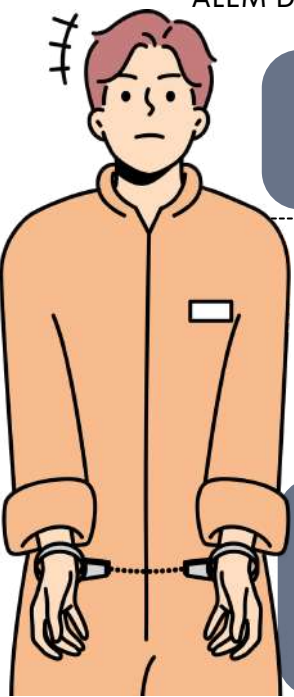
EXISTEM TRÊS TIPOS DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO PENAL:

- **Reclusão** - para crimes graves; ADMITE O REGIME INICIAL FECHADO
- **Detenção** - para os crimes menos graves e NÃO ADMITE O REGIME INICIAL FECHADO
- **Prisão simples** - para as contravenções penais. NÃO ADMITE O REGIME FECHADO

ALÉM DISSO, O CÓDIGO PENAL ESTABELECE TRÊS REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA:

- **Fechado** - em presídios de segurança máxima;
- **Semiaberto** - em colônias agrícolas, industriais ou similares e
- **Aberto** - em casas de albergado ou similares.

A Pena Privativa de Liberdade é uma punição imposta a indivíduos condenados por um juiz competente, que restringe a sua liberdade de locomoção. Este tipo de penalidade **é aplicado a crimes mais graves, e pode ser cumprido através de diferentes regimes de reclusão: fechado, semiaberto e aberto, ou detenção.**

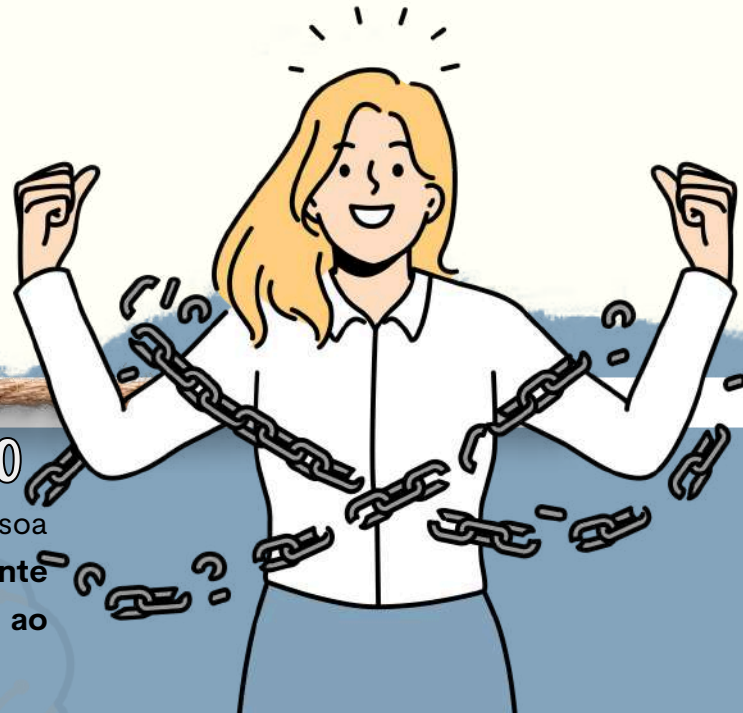


DICA

CAUSAS EXTINTIVAS DE PUNIBILIDADE VIII

CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

RETRATAÇÃO DO AGENTE



RETRATAÇÃO: RECUAR NO QUE FOI DITO

A retratação é um ato no qual uma pessoa reconhece e denuncia um erro previamente cometido às autoridades, renunciando ao que foi dito anteriormente.

É importante destacar que, de acordo com a doutrina, a retratação deve ser irrestrita e incondicional.

HIPÓTESES DE RETRATAÇÃO

CASOS EM QUE A LEI A ADMITE

- O Código Penal brasileiro permite a retratação nos crimes de **calúnia e difamação antes da sentença**, isentando o réu da pena.
- A **retratação deve ser feita antes da sentença e não é aplicável ao crime de injúria**.
- Quando a calúnia ou difamação foram feitas por meio de comunicação, **a retratação deve ser feita pelos mesmos meios da ofensa, se o ofendido desejar**.
- No entanto, **a aceitação do ofendido é necessária**.



ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

De acordo com o julgamento unânime da Corte Especial no processo APn 912/RJ, relatado pela Ministra Laurita Vaz, **a retratação da calúnia feita antes da sentença resulta na extinção da punibilidade do agente**, independentemente da aceitação do ofendido. Data do julgamento: 03/03/2021.

O crime de falsa perícia ou falso testemunho também **permite a retratação antes da sentença no processo em que ocorreu o delito**, conforme estabelecido pelo artigo 342, §2º.

- Se o agente se retratar ou confessar a verdade, o ato não será punido.





DICA

INQUÉRITO POLICIAL V

PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

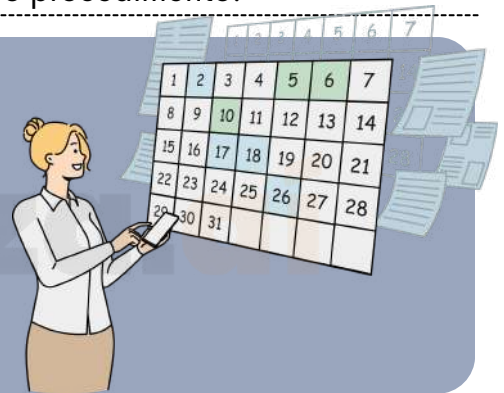
ENTENDENDO O PRAZO DO INQUÉRITO POLICIAL NO BRASIL

Os prazos estipulados na lei para conclusão do inquérito policial variam dependendo de diferentes fatores, como se o indiciado está solto ou preso, e a esfera ou o delito cometido. No entanto, é importante ressaltar que, a partir do momento em que o inquérito policial é iniciado, a autoridade responsável tem a obrigação de finalizá-lo em conformidade com as leis que regem o procedimento.

REGRA GERAL (PREVISTA NO CPP)

Originalmente, o prazo do IP, com investigado preso, é 10 dias (art. 10, caput, do CPP). Com o juiz das garantias (art. 3-B, §2º, CPP):

- Pode prorrogar por 15 dias, uma única vez, mediante representação da autoridade policial e ouvido o MP.



Mas o STF por meio da (ADI 6.581) declarou inconstitucional essa limitação de apenas uma prorrogação, ou seja, o prazo pode ser prorrogado sucessivamente, desde que haja motivação e controle judicial.



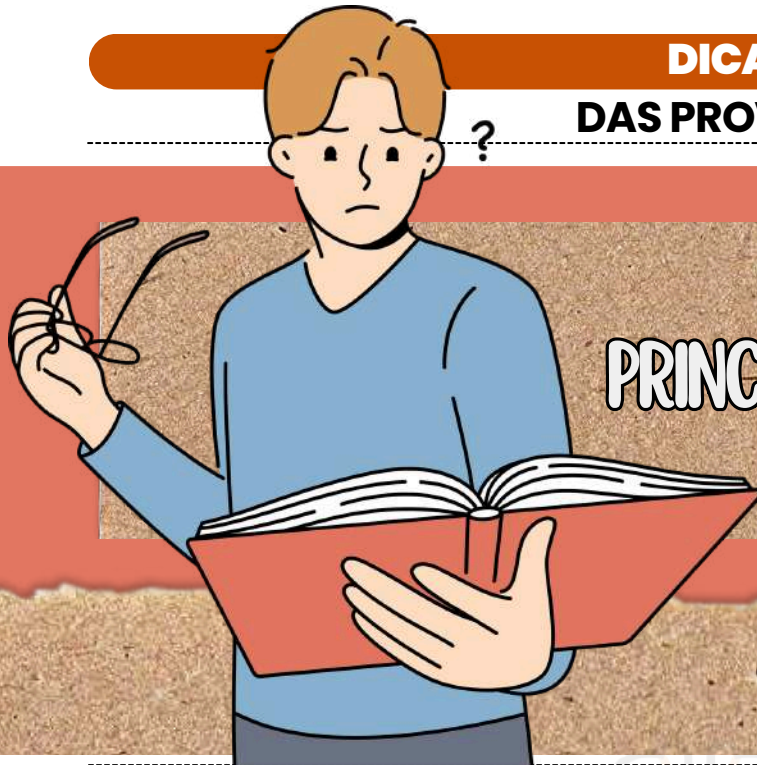
LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



Hipóteses	Preso	Solto
Regra Geral - CPP	10 dias	30 dias
Justiça federal	15 + 15 dias	30 dias
Crimes contra a economia popular	10 dias	10 dias
Lei de drogas	30 + 30 dias	90 + 90 dias
Inquérito militar	20 dias	40 + 20 dias

DICA

DAS PROVAS II



PRINCÍPIOS RELACIONADOS ÀS PROVAS

PRINCÍPIOS APLICÁVEIS ÀS PROVAS NO DECORRER DO PROCESSO PENAL

Dentro do processo penal, existem princípios que devem ser seguidos. São eles:



Princípio da Proporcionalidade
AS PROVAS DEVEM SER PROPORCIONAIS À GRAVIDADE DO CRIME E ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.

Princípio da Autorresponsabilidade das Partes
AS PARTES SÃO RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DE SUAS PRÓPRIAS PROVAS, ARCANDO COM OS ÔNUS E RISCOS DECORRENTES DE SUA ESCOLHA PROCESSUAL.



Princípio da Liberdade Probatória.



AS PARTES SÃO LIVRES PARA **PRODUZIR AS PROVAS QUE JULGAREM NECESSÁRIAS** PARA A DEFESA DE SEUS INTERESSES, DESDE QUE OBSERVADAS AS REGRAS PROCESSUAIS E OS LIMITES LEGAIS.



Princípio da Comunhão da Prova
A PROVA PRODUZIDA EM UMA AÇÃO PENAL **DEVE SER COMPARTILHADA ENTRE AS PARTES**, GARANTINDO O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO



Princípio da Oralidade
AS PROVAS DEVEM SER **PRODUZIDAS ORALMENTE EM AUDIÊNCIA**, EXCETO NOS CASOS EM QUE A LEI AUTORIZA A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA.



Princípio da Favor Rei
EM CASO DE DÚVIDA NA INTERPRETAÇÃO DA PROVA, ESTA **DEVE SER INTERPRETADA DE FORMA MAIS FAVORÁVEL AO RÉU.**



DICA

SUJEITOS DO PROCESSO PENAL II



JUIZ II



CAUSAS DE SUSPEIÇÃO DO JUIZ NO PROCESSO PENAL

No processo penal, o juiz pode ser considerado suspeito de atuar em determinado caso devido a situações específicas previstas em lei, conforme o artigo 254 do CPP.

- Diferentemente dos casos de impedimento, o rol das hipóteses de suspeição não é taxativo.

É IMPORTANTE RESSALTAR QUE A PRESUNÇÃO DE PARCIALIDADE É RELATIVA, CABENDO AO PRÓPRIO JUIZ DECLARAR SUA SUSPEIÇÃO.

- Vale lembrar que os atos processuais praticados por juiz suspeito geram nulidade relativa.
- Caso surja alguma das causas impeditivas ou de suspeição durante o processo, a parte interessada pode apresentar uma exceção de impedimento ou de suspeição, respectivamente, requerendo a substituição do juiz. Fique atento!

curiosidade!

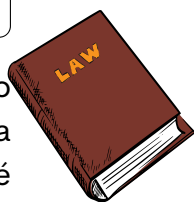
🔍 "nulidade relativa" ✕

Uma violação de interesse privado ocorre quando uma norma que protege um interesse privado é violada por uma das partes envolvidas no processo. É uma violação significativa para o processo, mas que não impede a validade do mesmo no caso de inação da parte interessada.

curiosidade!

🔍 "nulidade absoluta" ✕

Uma nulidade absoluta ocorre quando um princípio constitucional ou norma que proteja o interesse público é violado. Devido à gravidade dessa violação, a nulidade absoluta não pode ser corrigida pela preclusão ou mesmo pelo trânsito em julgado.



DICA

MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS V

EXCEÇÕES DO ARBITRAMENTO DA FIANÇA



VEDAÇÕES LEGAIS PARA CONCESSÃO DE FIANÇA EM CASOS ESPECÍFICOS



Existem circunstâncias em que o magistrado não poderá conceder fiança aos agentes que cometeram certos delitos.



Apesar de esses crimes serem infiançáveis, a Corte entende que o relaxamento da prisão pode ser concedido em casos de excesso de prazo, como estabelecido na Súmula 697 do STF.



Além das vedações legais, o juiz não poderá conceder a fiança em situações específicas, conforme o artigo 324 do CPP.



DICA

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA III

COMPETÊNCIA RELATIVA

COMPREENDENDO OS DIFERENTES TIPOS DE COMPETÊNCIA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

- A competência relativa é estabelecida pelas normas processuais e **pode variar de acordo com a natureza do delito, local da ocorrência, condição dos réus, vítimas, dentre outros fatores.**
- Vale ressaltar que essa competência **possui a possibilidade de prorrogação.**
- Por outro lado, a **competência territorial estabelece que o processo deve ser julgado pelo juiz da comarca em que o crime ocorreu.**
- É importante salientar que a **competência territorial pode ser atribuída a uma determinada comarca, cidade ou estado, dependendo das circunstâncias do caso.**

A COMPETÊNCIA TERRITORIAL É DEFINIDA A SEGUIR:

- **local da infração é o lugar onde o crime foi cometido**, no todo ou em parte.
- **local do resultado é o lugar onde o resultado do crime foi produzido** ou deveria ter sido produzido.
- **local de residência ou domicílio do réu é o lugar onde ele reside** ou tem domicílio.



LEMBRE-SE QUE SE A **OBJEÇÃO DA INCOMPETÊNCIA DO FORO APROPRIADO NÃO FOR REALIZADA A TEMPO, PODE OCORRER A PRORROGAÇÃO DA COMPETÊNCIA AO FORO INCOMPETENTE.**

CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso da **PP/RN!**


Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação.**

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.ai**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2026?

Então...

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)



Professor
Carlos Fagundes
Sócio Fundador do MA

Obstáculo é aquilo que você vê quando tira os olhos do seu **propósito.**

→ [Acesse nosso Instagram](#)